

Demonstrações financeiras

Aliança Norte Energia Participações S.A.

Em 31 de dezembro de 2023
com relatório do auditor independente

Aliança Norte Energia Participações S.A.

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório da administração	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	6
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	9
Demonstração do resultado	10
Demonstração do resultado abrangente.....	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	12
Demonstração dos fluxos de caixa	13
Demonstração do valor adicionado	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15

Relatório da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Senhores acionistas,

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a administração da Aliança Norte Energia Participações S.A. (“Companhia” ou “Aliança Norte”) vem submeter à apreciação dos acionistas e demais interessados as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

1. Societário

A Aliança Norte é uma Sociedade de Propósito Específico formada pela Cemig Geração e Transmissão S. A. (“Cemig GT”) e por empresas do grupo Vale (“Grupo Vale”), que detêm, respectivamente, 49% e 51% de participação no Capital Social total da Companhia. O Grupo Vale, nessa sociedade, é composto pela Vale S.A. (1%), Salobo Metais S.A. (25,35%) e Mineração Onça Puma S.A. (24,65%). O propósito da Companhia é a participação no capital social da Norte Energia S.A. (“Norte Energia” ou “NESA”), detentora da concessão da Usina Hidrelétrica Belo Monte (“UHE Belo Monte” ou “Empreendimento”). Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia detinha 9,0% de participação no Empreendimento. A figura 1 retrata o arranjo societário da NESA nesta mesma data:



Figura 1 – Arranjo societário da NESA

A NESA é a empresa responsável pela construção, operação e manutenção da UHE Belo Monte, maior usina hidrelétrica 100% brasileira e quarta maior do mundo, com 11.233,1MW de capacidade instalada e 4.571 MW médios de garantia física. O empreendimento fica localizado no estado do Pará, utilizando o potencial hidrelétrico do rio Xingu. Em 20/04/2016 iniciou-se a operação da primeira unidade geradora. Desde 19/11/2019 a usina encontra-se plenamente operacional, com suas 18 UGs do sítio Belo Monte somadas às 6 UGs do sítio Pimental. A figura 2 apresenta uma visão geral do empreendimento:

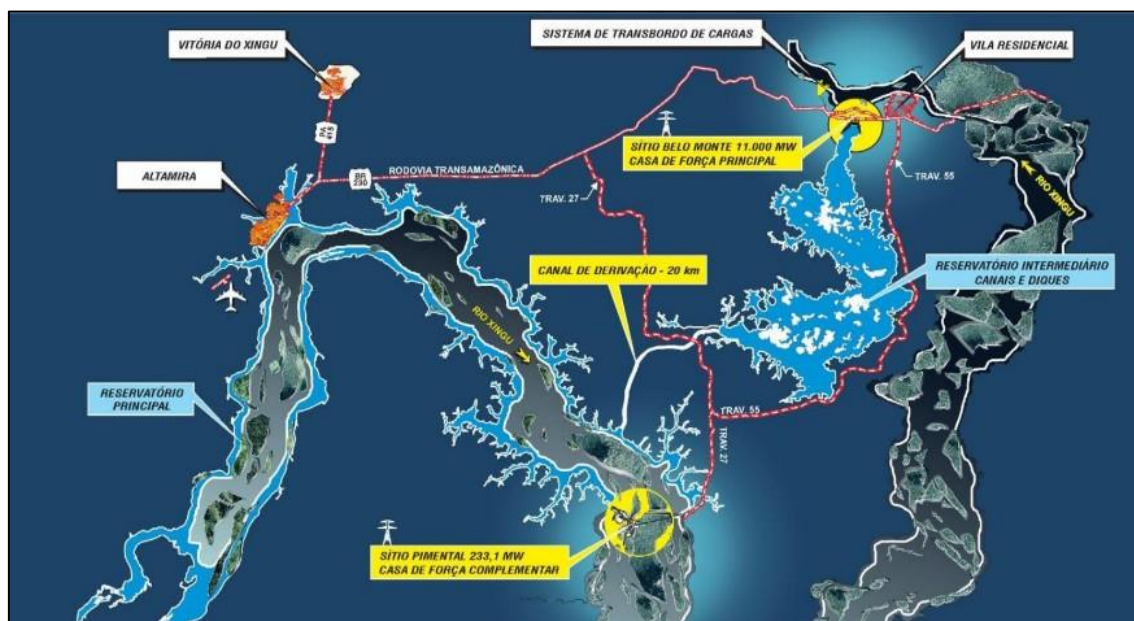


Figura 2 – Arranjo geral do Complexo Belo Monte

A Usina é integrante do Sistema Interligado Nacional – SIN e tem papel fundamental no suprimento energético do Brasil. A comercialização de energia da UHE Belo Monte está assim distribuída: (i) 70% destinada aos Contratos no Ambiente Regulado, por meio de 45 distribuidoras, (ii) 20% para Contratos no Ambiente Livre e (iii) 10% para autoprodutores.

2. Administradores e membros indicados para atuação na Norte Energia

A Aliança Norte, como um veículo de investimento em Belo Monte, manteve em 2023 o estreito acompanhamento das ações desenvolvidas pela sua investida, através dos seus Administradores, dos seus indicados no Conselho de Administração da Norte Energia e dos indicados nos Comitês de Apoio ao Conselho de Administração da Norte Energia. A seguir apresentamos os Administradores da Companhia em 31/12/2023:

- **Conselheiros de Administração - Titulares**
 - Presidente: Ludmila Lopes Nascimento Brasil
 - Vice-presidente: Douglas Braga Ferraz Oliveira Xavier
 - Walles de Jesus Lopes Pereira
 - Paulo de Tarso de Alexandria Cruz
- **Conselheiros de Administração – Suplentes**
 - Juliana Martins das Chagas Pires
 - Marcelo Pereira de Carvalho
 - Giovani de Paula da Silva
 - Andréa Jota Lizardo
- **Diretores**
 - Paulo de Tarso de Alexandria Cruz
 - Walles de Jesus Lopes Pereira

A Administração da Aliança Norte buscou, no período, transmitir a visão estratégica acerca das matérias deliberativas no Conselho de Administração da NES, através das orientações de voto apresentadas pela Administração da Companhia aos Conselheiros de Administração por ela indicados na NES. Em 31-12-2023 atuavam como membros do Conselho de Administração da Norte Energia indicados pela Aliança Norte:

- Ludmila Lopes Nascimento Brasil – Membro Titular do CA – indicada pelo Grupo Vale
- Douglas Braga Ferraz Oliveira Xavier – Membro Suplente do CA – indicado pela Cemig GT

Adicionalmente, a Aliança Norte contribuiu para a efetiva participação na gestão da Norte Energia através da atuação de seus indicados nos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração. Em 31/12/2023 atuavam como membros indicados pela Aliança Norte nos Comitês:

Comitê	Membro Titular (indicação Grupo Vale)	Membro Suplente (indicação Cemig GT)
Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos	André Roberto Pinto Steimback	Rogério Hazana Carvalho
Comitê de Meio Ambiente	Paulo de Tarso de Alexandria Cruz	Humberto Ribeiro Mendes Neto
Comitê Técnico	Felipe Fialho Gonçalves de Souza	Walles de Jesus Lopes Pereira
Comitê de Gestão	Andrea Jota Lizardo	Walles de Jesus Lopes Pereira
Comitê Financeiro	Luciano de Souza Paes	Walles de Jesus Lopes Pereira
Comitê de Regulação e Comercialização	Tatiane Pinho Teixeira	Ronaldo Alves Pereira Pires
Comitê de Operação e Manutenção	Felipe Fialho Gonçalves de Souza	Henrique Siqueira de Castro
Comitê de Seguros	Carolina Rodriguez T. A. Weber	Haroldo Alves de Araújo

3. Destaques 2023

Seguem alguns dos destaques da investida em 2023:

a. Atendimento a condicionantes socioambientais:

A Licença de Operação da UHE Belo Monte encontra-se em processo de renovação desde o término originário de sua vigência em 2021, ano em que a Norte Energia protocolou tempestivamente toda a documentação necessária à sua renovação. O Ibama, órgão responsável pela renovação, ainda não emitiu decisão administrativa sobre o pedido de renovação. Conforme previsão legal, a licença continua válida enquanto não for apreciado pelo órgão ambiental competente (IBAMA) o pedido de renovação, e a Norte Energia segue atendendo as condicionantes e as obrigações que compõem o licenciamento ambiental da UHE Belo Monte.

b. Termo de Compromisso Ambiental:

A Norte Energia e o Ibama celebraram um Termo de Compromisso Ambiental n.º 03/2021 (TCA), em 08 de fevereiro de 2021, que previu, em suma, a execução do Hidrograma de Consenso, com a aplicação do hidrograma B até 31 de janeiro de 2022.

A Norte Energia tem cumprido todos os compromissos previstos no TCA, embora não tenha ocorrido um desfecho pelo IBAMA sobre o Hidrograma de Consenso.

c. Hidrograma:

Intitulado Hidrograma de Consenso, o regime de vazões a serem mantidas pela NESA no Trecho de Vazão Reduzida, a Volta Grande do Xingú, é objeto de controvérsia desde o início da operação da UHE Belo Monte.

O referido Hidrograma foi escolhido pelo IBAMA quando da elaboração do Estudo de Impacto Ambiental – EIA da UHE Belo Monte, e prevê a alternância anual entres os hidrogramas A e B. Esta alternância apresentou melhores condições para garantir, de um lado, a produção energética, uma vez que o empreendimento é imprescindível para o Sistema Interligado Nacional – SIN e, de outro lado, a conservação da biodiversidade e os modos de vida na Volta Grande do Xingu.

A definição do Hidrograma de Consenso constou de todo processo de licenciamento, de forma que a concepção e a viabilidade ambiental da UHE Belo Monte estão diretamente relacionadas com o referido hidrograma, conforme previsto em todas as licenças e autorizações administrativas emitidas para implantação e operação do Empreendimento, inclusive no Contrato de Concessão.

Mesmo com todas as licenças, inclusive a de Operação, prevendo o Hidrograma de Consenso, por pressões externas do Ministério Público Federal, desde 2019 o IBAMA reluta sobre o seu cumprimento e atualmente o tema se encontra judicializado.

De acordo com a última decisão judicial, está sendo adotado o Hidrograma B, conforme estabelecido no TCA, em caráter provisório, até decisão final no processo em curso.

No momento, aguarda-se o julgamento em segunda instância dos recursos interpostos pela Norte Energia e pelo IBAMA, contra a decisão de tutela de urgência pleiteada pelo Ministério Público Federal, e, em 1ª instância, o processo encontra-se na fase de produção de provas.

d. Aspectos de sustentabilidade:

Em janeiro de 2023, a Norte Energia se tornou membro do Pacto Global da Organização das Nações Unidas – ONU. Essa adesão ao Pacto Global demonstra o compromisso com as melhores práticas de sustentabilidade.

No âmbito das ações de sustentabilidade, a Norte Energia vem desenvolvendo programas e projetos na região, dentre eles:

- Belo Monte Comunidade
- Belo Monte Empreende
- Floresta Viva

e. Operação e manutenção:

O Empreendimento tem apresentado performance operacional destacável, sendo que a produção de energia alcançou em 2023 o total de 31.521.465,09 MWh. A disponibilidade dos equipamentos apresentou resultados elevados, com ID = 99,12% no período, para uma referência de 97,08%.

f. Pleitos regulatórios e jurídicos:

A seguir são apresentados os principais pleitos regulatórios e jurídicos que envolvem a Norte Energia, objeto de ações junto ao poder concedente no ano de 2023:

- Energia Vertida Turbinável (EVT)
- Ressarcimento de Custos de Conexão
- Expurgo de TEIF
- DUP – Declaração de Utilidade Pública
- Superação do MUST
- Outorga UFV
- Recurso sobre a RAP/RBSE
- Seguro SPR100
- Metodologia TUST
- Extensão de outorga complementar
- TEO Itaipu
- EVT Restrita pelo MUST
- CFURH

g. Resultado financeiro:

A fragilidade financeira da NESA, sobretudo quanto à sua liquidez, é o principal ponto de atenção e alerta para a Aliança Norte e demais investidores do Empreendimento. A Norte Energia segue pressionada pelo elevado serviço da dívida frente à sua capacidade de geração de caixa.

O principal elemento relacionado ao desequilíbrio financeiro da NESA reside na frustração das receitas esperadas para a energia destinada ao Ambiente de Comercialização Livre – ACL, prevista inicialmente para ser contratada pela Eletrobras, conforme acordado entre os acionistas e modelado no Plano de Negócios do Empreendimento. A Eletrobras, contudo, se insurgiu contra o pacto que havia celebrado, alegando não ter a obrigação de celebrar contratos de compra e venda de energia para a aquisição de 20% da energia destinada ao ACL, nas condições

previstas no Acordo de Acionistas da NESAs, motivando a instauração pela Norte Energia e cinco de suas acionistas, dentre elas a Aliança Norte, de procedimento arbitral na Câmara de Mediação e Arbitragem da FGV. Em 17/10/2018 foi proferida a sentença final pelo Tribunal Arbitral, que entendeu, por unanimidade, que a demanda deveria ser julgada improcedente, de tal forma que a Eletrobras restou desobrigada de firmar com a NESAs os referidos contratos de compra e venda de energia.

Os sobrecustos havidos na implantação do Empreendimento e a constante elevação nos custos sócio-ambientais também contribuíram efetivamente com o cenário financeiro adverso da NESAs.

A Norte Energia vem comercializando o montante de energia destinado ao ACL (20% de sua Garantia Física) sob preços inferiores àqueles previstos no acordo frustrado com a Eletrobras, de forma que as receitas da Norte Energia são insuficientes para fazer frente a todos os seus compromissos, sobretudo considerando o importante volume de serviço da dívida.

Por sua vez, a Norte Energia vem se valendo de fontes alternativas de recursos para viabilizar a liquidez de curto prazo, como a emissão de Debêntures em 2020 e a suspensão do pagamento de parcelas do financiamento com o BNDES e repassadores, nos anos de 2020, com efeitos em 2021, e em 2022 (Standstill). No exercício de 2023 não houve fontes adicionais de recursos, o que fez com que o caixa da NESAs terminasse o ano pressionado, de forma que em 2024 serão necessárias ações visando o seu devido equacionamento.

A Norte Energia, em 2023, teve receita líquida de vendas de R\$5.764.413 mil, superior em 4% em relação a 2022. O Ebitda foi inferior em 7% comparado ao ano anterior, fechando em R\$2.999.816 mil. O resultado financeiro, contudo, foi negativo em R\$2.294.383 mil, em linha com 2022. Como resultado, a NESAs apresentou prejuízo líquido de R\$ 850.814 mil, superior em 31% a 2022. A Aliança Norte reflete o resultado da investida em seu balanço através do método de equivalência patrimonial, que resultou em prejuízo de R\$76.573 mil. Como a Norte Energia ainda não paga dividendos para seus acionistas, a fonte de recursos para a manutenção da Aliança Norte vem exclusivamente de aporte de seus acionistas, implicando em incremento no resultado negativo. Assim, o resultado consolidado da Aliança Norte no exercício foi de prejuízo de R\$77.429 mil.

Em 2023, a Norte Energia realizou o pagamento de R\$2.876.563 mil relacionados aos contratos de financiamento, e o saldo da dívida, em 31-12-2023, perfaz o valor total de R\$27.968.870 mil.

A fragilidade financeira de curto prazo da NESAs se reflete no Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD"), previsto nos contratos de financiamento. Em 31/12/ 2023, a Norte Energia não atingiu o *covenant* financeiro do ICSD e solicitou junto aos credores a dispensa quanto ao eventual vencimento antecipado dos contratos (*waiver letter*), sendo essa uma possibilidade contratual permitida aos credores. Essa dispensa foi concedida formalmente, de forma que os vencimentos das obrigações não tivessem modificações com relação aos requisitos contratuais originais.

Os desafios de liquidez continuam na Norte Energia, e em 2024 serão necessárias a estruturação e implementação de medidas que equacionem o caixa da NESAs, que segue pressionado. A Aliança Norte tem atuado intensamente junto aos fóruns de discussão e Grupos de Trabalho da Norte Energia e seus acionistas, na busca de soluções para o equilíbrio de caixa da NESAs e preservação de valor para os acionistas.

4. Mensagem final

Finalmente, a Diretoria da Aliança Norte externa seu agradecimento e reconhecimento pelo apoio recebido do seu Conselho de Administração e das sócias Grupo Vale e Cemig GT, dos membros indicados para o Conselho de Administração da NESAs e para os Comitês, além de todos os fornecedores, por sua dedicação e empenho.

Belo Horizonte, 22 de abril de 2024.

DocuSigned by:

Walles de Jesus Lopes Pereira

427DA30F33C14FC...

Walles de Jesus Lopes Pereira
Diretor

DocuSigned by:

Paulo de Tarso de Alexandria Cruz

5694DB03B9AF4F8...

Paulo de Tarso de Alexandria Cruz
Diretor



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e aos Administradores da
Aliança Norte Energia Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Aliança Norte Energia Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado, foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da Governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 22 de abril de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O


Alexandre Dias Fernandes
Contador CRC DF-012460/O

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	381	261
Tributos a recuperar		11	3
Outros valores a receber de partes relacionadas		4	4
Total do ativo circulante		396	268
Não circulante			
Investimentos	4	1.014.800	1.091.373
Total do ativo não circulante		1.014.800	1.091.373
Total do ativo		1.015.196	1.091.641
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores		39	37
Valores a pagar a partes relacionadas	9	18	15
Tributos e contribuições sociais		2	2
Total dos passivos		59	54
Não circulante			
Provisões para demandas judiciais	5	8.099	7.799
Total do passivo não circulante		8.099	7.799
Total dos passivos		8.158	7.853
Patrimônio líquido			
Capital social integralizado	6	1.210.429	1.209.750
Prejuízos acumulados		(203.391)	(125.962)
Total do patrimônio líquido		1.007.038	1.083.788
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.015.196	1.091.641

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Resultado de equivalência patrimonial	4	(76.573)	(58.261)
Despesas gerais e administrativas	7	(916)	(6.701)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		(77.489)	(64.962)
Receitas financeiras		<u>60</u>	<u>20</u>
		60	20
Prejuízo antes dos impostos de renda e contribuição social		(77.429)	(64.942)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	8	-	-
Prejuízo do exercício		(77.429)	(64.942)
Prejuízo por ação – R\$	6	(0,00000185)	(0,00000155)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prejuízo do exercício	<u>(77.429)</u>	<u>(64.942)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(77.429)</u>	<u>(64.942)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Capital social	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021	1.209.042	(76)	(61.020)	1.147.946
Capital integralizado	708	76	-	784
Prejuízo do exercício	-	-	(64.942)	(64.942)
Em 31 de dezembro de 2022	1.209.750	-	(125.962)	1.083.788
Capital integralizado	679	-	-	679
Prejuízo do exercício	-	-	(77.429)	(77.429)
Em 31 de dezembro de 2023	1.210.429	-	(203.391)	1.007.038

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método indireto)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(77.429)	(64.942)
Ajustes por:		
Resultado de equivalência patrimonial	76.573	58.261
Provisões para processos judiciais	300	6.271
	(556)	(410)
(Aumento) redução de ativos		
Outros devedores	-	-
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	2	(195)
Tributos e contribuições sociais	(8)	6
Valores a pagar a partes relacionadas	3	(12)
	(3)	(201)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(559)	(611)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	679	784
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	679	784
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	120	173
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	261	88
No fim do exercício	381	261
	120	173

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Serviços de terceiros	(589)	(2.072)
Outros	(330)	-
	(919)	(2.072)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(919)	(2.072)
RETENÇÕES	-	-
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	(919)	(2.072)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Resultado de equivalência patrimonial	(76.573)	(38.953)
Receitas financeiras	63	8
	(77.429)	(41.017)
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	(77.429)	(41.017)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração de capitais de terceiros	-	-
Juros	-	7
Remuneração de capitais próprios	(77.429)	(64.942)
Prejuízo do exercício	(77.429)	(64.942)
Valor adicionado distribuído	(77.429)	(41.017)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

1 - Contexto operacional

A Aliança Norte Energia Participações S.A. (“Aliança Norte” ou “Companhia”) foi constituída em 25 de março de 2010. Seu objeto social é a geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, e a participação em outras sociedades ou consórcios, inclusive envolvendo empreendimentos hidrelétricos. Tem sua sede localizada na Rua Matias Cardoso, 169, 9º andar, Bairro Santo Agostinho, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Os acionistas da Aliança Norte, em 31 de dezembro de 2023, são a Vale S.A. (“Vale”), com 1% de participação, a Salobo Metais S.A. (“Salobo”), com 25,35% de participação, a Mineração Onça Puma S.A., com 24,65% de participação (“Onça Puma”) e a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”), com 49% de participação.

Em 26 de agosto de 2010, a investida Norte Energia assinou o referido contrato de concessão para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do contrato. E ainda, de acordo com o contrato, 70% da energia assegurada será destinada ao mercado regulado, 10% para os autoprodutores (dos quais 9% para a Aliança Norte) e 20% destinada ao mercado livre (ACL).

A Norte Energia é uma sociedade por ações, de propósito específico (SPE) de capital fechado, constituída em 21 de julho de 2010 e controlada por meio de acordo de acionistas (“Acordo”), tendo por objeto conduzir as atividades necessárias à implantação, operação, manutenção e exploração da UHE Belo Monte. É composta por empresas do setor elétrico, fundos de pensão e de investimento e empresas autoprodutoras. A concessão para a construção da hidrelétrica, no município de Vitória do Xingu, foi objeto de leilão realizado no dia 20 de abril de 2010. A outorga coube à Norte Energia por um prazo de 35 anos.

Em 1º de outubro de 2014, a Aliança Norte recebeu da Vale, aporte do investimento que possuía na Norte Energia S.A (“Norte Energia”), no montante de R\$499.249. Também em 1º de outubro de 2014, a Norte Energia realizou assembleia que aprovou a alteração do seu quadro societário com o ingresso da Aliança Norte. Em 17 de março de 2015 a Vale finalizou junto ao Banco do Brasil, no qual estão custodiadas as ações da Norte Energia, o processo de transferência destas ações para a Aliança Norte.

A Cemig GT concluiu, em 31 de março de 2015, a aquisição de 49% de participação da Aliança Norte pertencentes à Vale, o que corresponde a uma participação indireta na Norte Energia de 4,41%. O preço da aquisição foi de R\$309.684, referente aos aportes efetuados pela Vale no capital social da Norte Energia até a data do fechamento da operação, corrigido pelo IPCA da data de cada aporte até 31 de março de 2015, proporcionalmente à participação societária.

De acordo com o Contrato de Concessão, a UHE Belo Monte tem capacidade instalada total de 11.233,1 MW. A garantia física da usina, para efeito comercial, é de 4.571 MW médios sendo 4.418,9 MW médios referentes à UHE Belo Monte, a qual foi atingida com a entrada em operação comercial da unidade geradora 08 (UG08) em fevereiro de 2018, e 152,1 MW médios referentes à UHE Pimental, com a operação comercial de todas as unidades geradoras.

Em 31 de julho de 2023, a Vale realizou a transferência de parte das ações ordinárias detidas na Aliança Norte, representativas de 50% do total das ações ordinárias emitidas pela Aliança Norte, para a Salobo e Onça Puma, ambas subsidiárias da Vale, de forma que a Vale, a Salobo e a Onça Puma passaram a deter as seguintes participações na Aliança Norte: Vale (1%), Salobo (25,35%) e Onça Puma (24,65%).

Dessa forma, o investimento da Aliança Norte, em 31 de dezembro de 2023, é constituído de uma participação de 9% no capital da Norte Energia, investida a qual tem como finalidade atual conduzir todas as atividades necessárias à operação, manutenção e exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (“UHE Belo Monte”), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará, e das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora.

1 - Contexto operacional- Continuação

Em 31 de dezembro de 2023, a Norte Energia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$465.637 (R\$494.493 em 2022) e ainda despenderá quantias em projetos previstos pelo Contrato de Concessão, mesmo após a conclusão da construção e plena operação da UHE Belo Monte. De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante negativo, assim como as demandas para futuros investimentos na UHE Belo Monte, será suportada pelas receitas de operações futuras e/ou captação de financiamentos bancários.

Os dados não financeiros incluídos nesta demonstração financeira, tais como geração de energia em MW e aspectos qualitativos para determinar a cobertura de seguros, não foram auditados/revisados pelos auditores independentes.

2 - Principais práticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e apresentação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 – Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Adicionalmente, a Companhia elaborou e está divulgando, como informação suplementar, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, apesar de não serem requeridas pela legislação societária brasileira para companhias de capital fechado.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. As questões de maior complexidade e que requerem nível de julgamento mais elevado, nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, são relativas à mensuração da provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas e à determinados itens contidos nas demonstrações financeiras da investida Norte Energia, tais como provisões e vida útil do ativo imobilizado.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 22 de abril de 2024.

2.2 - Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

2 - Principais práticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras-Continuação

2.3 - Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.4 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Estão mensurados ao custo amortizado.

2.5 – Investimentos

Controle conjunto (“joint venture”) é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

O investimento da Companhia na joint venture (ou investida) é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. O investimento é reconhecido inicialmente ao custo e ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da investida a partir da data de aquisição. O ágio relativo ao investimento (“goodwill”) é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

2 - Principais práticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras-Continuação

2.5 – Investimentos-Continuação

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da investida. Eventual variação em outros resultados abrangentes da investida é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da investida, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a investida são eliminados em proporção à participação na investida.

As demonstrações financeiras da investida são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a da Companhia (exercício social, 12 meses). As políticas contábeis da investida também estão alinhadas com a da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer eventual perda sobre o valor recuperável do investimento da Companhia na investida. Com esse objetivo, a Companhia determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento na joint venture sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da investida e o valor contábil, e reconhece a perda na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, com base na avaliação da Administração, não houve apuração de qualquer perda por redução ao valor recuperável do investimento societário (*impairment*).

2.6 - Provisões

i) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

ii) Provisões para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais, relacionadas a processos judiciais e administrativos, são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou presumida, como resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

2 - Principais práticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras-Continuação

2.7- Imposto de renda e contribuição social

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base nas leis fiscais, ou substancialmente promulgados, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriadas, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social, assim como sobre as diferenças temporárias (quando aplicável), decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando tais impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com impostos administrados pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributadas ou diferentes entidades tributadas, em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

2.8 - Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido: os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão e opções de ações são reconhecidos, quando aplicável, como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

2.9 - Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído, nos exercícios apresentados, se houver, nos termos do CPC 41.

2.10 - Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas mediante o regime de competência e as receitas auferidas se trata tão somente de equivalência patrimonial do investimento societário na Norte Energia e daquelas decorrentes de rendimentos financeiros sobre as aplicações financeiras.

2 - Principais práticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras-Continuação

2.11 - Mudanças nas políticas contábeis

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- I. Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (transação de arrendamento e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

- II. Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos Como Circulante e Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

- III. Acordo de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

2 - Principais práticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras-Continuação

2.11 - Mudanças nas políticas contábeis--Continuação

III. Acordo de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7--Continuação

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.

3 - Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Conta corrente	-	6
Aplicações financeiras	381	255
	381	261

As aplicações financeiras correspondem a operações contratadas em instituições financeiras a preços e condições de mercado. Todas as operações são de liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Compõe-se substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários - CDB, que são acrescidos de rendimentos atrelados ao CDI 99% (que teve variação 99% a 105%) conforme definido quando da contratação de cada operação.

4 - Investimentos

(a) Composição dos saldos

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Equivalência - Norte Energia	1.014.800	1.091.373

(b) Movimentação dos saldos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo do investimento no início do exercício	1.091.373	1.149.634
	1.091.373	1.149.634
Cálculo da equivalência patrimonial		
Prejuízo do exercício da Norte Energia	(850.814)	(647.346)
Percentual de participação societária	9%	9%
Resultado de equivalência patrimonial no exercício	(76.573)	(58.261)
Saldo do investimento no final do exercício	1.014.800	1.091.373
Patrimônio líquido em 31/12 da Norte Energia – Ajustado (*)	11.275.557	12.126.371
Percentual de participação societária	9%	9%
Participação no patrimônio líquido da Norte Energia	1.014.800	1.091.373

4 – Investimentos-Continuação

(*) O patrimônio líquido da investida é ajustado pelo valor do capital não integralizado por outros acionistas da Norte Energia. Esses montantes se realizarão através do aporte extemporâneo por parte dos acionistas que não honraram as respectivas chamadas de capital, ou em última instância por meio da diluição destes acionistas na proporção das parcelas não integralizadas. Não há neste momento qualquer diluição na participação dos demais acionistas em razão dessa não integralização de capital por parte de outros acionistas da investida.

(c) Informações da investida

Os principais saldos do balanço patrimonial e da demonstração do resultado da investida em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são apresentados como segue:

Balanço Patrimonial	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Ativo circulante	1.927.436	1.760.261
Ativo não circulante	41.176.047	41.668.551
Passivo		
Passivo circulante	2.393.073	2.254.754
Passivo não circulante	29.452.320	29.070.142
Patrimônio líquido	11.258.090	12.103.916
Demonstração do resultado	2023	2022
Receita operacional líquida	5.764.413	5.565.305
Custos da venda de energia	(1.948.111)	(1.776.928)
Custos de operação	(2.328.506)	(2.268.629)
Lucro bruto	1.487.796	1.519.748
Despesas operacionais		
Administrativas	(183.515)	12.618
Depreciação e amortização	(12.541)	(7.979)
	(196.056)	4.639
Lucro operacional antes do resultado financeiro	1.291.740	1.524.387
Resultado financeiro:		
Receitas financeiras	275.685	235.784
Despesas Financeiras	(2.570.068)	(2.522.958)
	(2.294.383)	(2.287.174)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.002.643)	(762.787)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	151.829	115.441
Prejuízo do exercício	(850.814)	(647.346)
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)	(0,0635)	(0,0483)

5 – Provisão para demandas judiciais e Contingências passivas

Em 31 de dezembro de 2023, existe uma Ação Anulatória de Sentença Arbitral, ajuizada com o objetivo de impugnar a sentença arbitral proferida no procedimento no. 07/2017, administrado pela Câmara de Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas, instaurado a pedido da Norte Energia contra a Fundação de Economistas Federais – FUNCEF. A referida sentença arbitral julgou improcedente o pedido formulado pela Norte Energia, isentando a FUNCEF de realizar aportes de capital decorrentes de aprovações de aumentos de capital na Norte Energia. A probabilidade de perda da causa é considerada provável, com valor estimado de perda, já na proporção de ¼ para cada Autora, em R\$8.099 (R\$7.799 em 31 de dezembro de 2022), relativo a potencial de sucumbência de 10% sobre o valor atualizado da causa, conforme tese de repercussão geral fixada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), tese ainda sujeita a revisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em recurso extraordinário admitido no ano de 2023 e ainda pendente de julgamento.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possuía processos administrativos ou judiciais classificados com risco de perda possível.

6 - Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia é de R\$1.210.429 (R\$1.209.750 em 2022), totalmente integralizado e dividido em 41.935.521.135 ações ordinárias (41.923.360.811 em 2022), nominativas e sem valor nominal.

A composição do capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é conforme segue:

Acionistas	31/12/2023		31/12/2022	
	(Nº de Ações)	Valor	(Nº de Ações)	Valor
Vale.	419.753.842	12.104	21.394.153.222	616.972
Cemig GT	20.567.938.311	593.110	20.555.166.822	592.778
Salobo.	10.640.759.922	306.844	-	-
Onça Puma	10.346.932.232	298.371	-	-
	41.975.384.307	1.210.429	41.949.320.044	1.209.750

b) Aumento de capital

Em fevereiro de 2023, a Companhia aprovou o aumento do capital social no valor de R\$679, respeitando a composição acionária de 51% por parte da Vale e 49% por parte da CEMIG GT. Em julho de 2023, a Vale transferiu 20.987.692.154 das suas ações ordinárias para suas controladas, sendo 10.640.759.922 para Salobo e 10.346.932.232 para Onça Puma.

c) Resultado por ação

O cálculo do resultado por ação básico é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Até 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui títulos de dívidas conversíveis em ações, ações em tesouraria e outros instrumentos para diluição de ações. Também não há ações preferenciais.

Abaixo está demonstrado o lucro (prejuízo) por ação:

	2023	2022
Média ponderada de ações disponíveis no exercício	41.935.521.135	41.938.211.948
Prejuízo do exercício	(77.429)	(64.942)
Prejuízo por ação ordinária – em reais	(0,00000185)	(0,00000155)

7 - Despesas gerais e administrativas

A composição das despesas operacionais da Companhia é conforme segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Serviços de terceiros	(605)	(426)
Outras despesas gerais e administrativas	(11)	(4)
Despesa com contingências	(300)	(6.271)
	<u>(916)</u>	<u>(6.701)</u>

8 - Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação de despesa com imposto de renda e contribuição social

A composição da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(77.429)	(64.962)
Alíquota nominal combinada dos tributos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social utilizando a alíquota combinada	26.326	22.087
Adições e exclusões:		
Equivalência patrimonial	(26.035)	(19.809)
Créditos tributários não constituídos	(102)	(2.055)
Prejuízo fiscal do exercício sem reconhecimento e ativo fiscal diferido	(189)	(216)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-

Em 31 de dezembro de 2023 a companhia possui saldos de créditos tributários provenientes de contingências, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no valor de aproximadamente R\$15.372 (R\$15.081 em 2022). Esses valores não estão contabilizados devido à ausência de expectativa de lucros tributáveis futuros nos próximos exercícios.

9 - Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

	<u>Ativo</u>		<u>Passivo</u>		<u>Despesa</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Aliança Geração de Energia S.A.						
Valores a receber/pagar - partes relacionadas (a)	4	4	18	15	204	191

- (a) Referem-se ao contrato de prestação de serviço da Aliança Geração de Energia S.A. ("Aliança Energia") para a Aliança Norte. A Aliança Energia é uma empresa que possui acionistas comuns aos da Aliança Norte (55% Vale e 45% Cemig GT) e presta serviços de gestão à Companhia.

10 - Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Instrumentos financeiros por categoria

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativos financeiros:		
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	381	261
Valores a receber de partes relacionadas (nota 9)	4	4
	<u>385</u>	<u>265</u>
Passivos financeiros:		
Custo amortizado		
Fornecedores	39	37
Valores a pagar a partes relacionadas – prestação de serviços (nota 9)	18	15
	<u>57</u>	<u>52</u>

Risco de liquidez

A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de integralizações de capital de acionistas. Os atuais acionistas da Companhia estão entre os maiores de cada um de seus ramos no Brasil. O quadro de acionistas é formado por companhias líderes no setor elétrico e de mineração. O prazo das aplicações financeiras respeita as necessidades previstas no Plano de Negócios da Companhia e nenhum ativo emitido por instituição privada, investido pela Companhia, extrapola a carência máxima de 90 dias.

Risco de crédito e outros

A Administração, em sua gestão financeira, limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia busca diversificar suas aplicações em várias contrapartes, visando garantir retorno de capital compatível ao risco, sem concentrar sua exposição a um ente específico.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos é baixa, haja visto que a Companhia investe apenas em instituições de primeira linha e realiza uma criteriosa análise do risco associado a estas instituições, bem como o risco associado aos produtos financeiros nos quais aplica.

A Companhia tem acesso às avaliações de risco de suas acionistas no que diz respeito às contrapartes de instituições financeiras, estas análises são também realizadas com base nas políticas internas aprovadas pelos seus respectivos fóruns de definição de estratégias para gerenciamento dos riscos financeiros.

A Companhia avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Demonstrações financeiras.


11 – Eventos subsequentes

Em 22 de janeiro de 2024, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital social da Companhia em R\$670, mediante a emissão de 27.387.316 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As acionistas Cemig Geração e Transmissão, Salobo Metais, Mineração Onça Puma e Vale subscreveram e integralizaram o aumento de capital, respectivamente: R\$328; R\$170; R\$165; e R\$7, na proporção de suas participações.


Diretoria


DocuSigned by:

Paulo de Tarso de Alexandria Cruz
Diretor

DocuSigned by:

427DA30F33C14FC
Walles de Jesus Lopes Pereira
Diretor

Responsável técnico

DocuSigned by:

6FADEFA720064E5
Rafael Lisboa Fernandes
Coordenador Contabilidade

DocuSigned by:

86FE29D95688419
Edmundo Leão de Matos Filho
Contador CRC/MG - 056401/O

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 329A27169D0C46F29A65D22612CDEDAB

Status: Concluído

Assunto: Complete com a DocuSign: DFs e NEs Aliança Norte 2023_versão final.pdf

Número do Processo Cemig:

Tipo de Documento: Outros

Numero_Contrato:

Numero_Licitacao:

Envelope fonte:

Documentar páginas: 28

Assinaturas: 6

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 5

Rubrica: 0

Walles Pereira

Assinatura guiada: Ativado

Av. Barbacena, 1200, 1º Andar

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

Belo Horizonte, MG 30190-131

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

walles@cemig.com.br

Endereço IP: 155.190.29.4

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Walles Pereira

Local: DocuSign

23/04/2024 09:17:03

walles@cemig.com.br

Eventos do signatário**Assinatura****Registro de hora e data**

Edmundo Leão

edmundo.leao@empresariaisc.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:



86EE20D95689419...

Enviado: 23/04/2024 09:24:57

Visualizado: 23/04/2024 09:51:52

Assinado: 23/04/2024 09:52:21

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 186.206.170.107

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 23/04/2024 09:51:52

ID: 4eedca54-a76e-4ada-a8bb-a214530a12d1

Paulo de Tarso de Alexandria Cruz

paulo.cruz@vale.com

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:



5694DB03B9AF4F8...

Enviado: 23/04/2024 09:24:56

Visualizado: 23/04/2024 14:48:52

Assinado: 23/04/2024 14:50:46

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 177.53.138.83

Assinado com o uso do celular

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 23/04/2024 14:48:52

ID: 7819d59f-5c99-4783-8446-a8473b994b72

Rafael Lisboa Fernandes

rafael.fernandes@aliancaenergia.com.br

Coordenador de Contabilidade e Tributário

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:



6FADEFA720064E5...

Enviado: 23/04/2024 09:24:56

Visualizado: 23/04/2024 09:44:08

Assinado: 23/04/2024 09:44:25

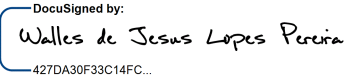
Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 191.185.21.68

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 23/04/2024 09:44:08

ID: a6954e84-ce45-464b-9a86-c37f591180a9

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
<p>Walles de Jesus Lopes Pereira walles@cemig.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Entrar com SSO</p>	<p>DocuSigned by:  427DA30F33C14FC...</p> <p>Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 155.190.28.7</p>	<p>Enviado: 23/04/2024 09:24:55 Visualizado: 23/04/2024 09:25:13 Assinado: 23/04/2024 09:25:46</p>

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não oferecido através do DocuSign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	23/04/2024 09:24:57
Entrega certificada	Segurança verificada	23/04/2024 09:25:13
Assinatura concluída	Segurança verificada	23/04/2024 09:25:46
Concluído	Segurança verificada	23/04/2024 14:50:46
Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Cemig (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Cemig:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To advise Cemig of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at info@cemig.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Cemig

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to info@cemig.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number.

To withdraw your consent with Cemig

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;

ii. send us an email to and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. . .

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Cemig as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Cemig during the course of your relationship with Cemig.